

# SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1 - NOÇÕES INTRODUTÓRIAS E SISTEMAS PROCESSUAIS . . . . .</b>	<b>33</b>
1.1 Processo Penal: fundamento e limite do poder punitivo do estado . . .	33
1.2 Processo Penal como ramo da ciência jurídica . . . . .	34
1.3 Sistemas processuais. . . . .	35
1.3.1 Sistema Inquisitório ou Inquisitivo. . . . .	45
1.3.2 Sistema Acusatório. . . . .	45
1.3.3 Sistema Misto. . . . .	45
1.4 Sistema adotado no Brasil . . . . .	45
1.5 Ponto de reflexão . . . . .	52
1.6 Fase de investigação (inquérito policial). . . . .	53
<b>CAPÍTULO 2 - FONTES DO DIREITO PROCESSUAL PENAL . . . . .</b>	<b>57</b>
2.1 Fontes materiais (substanciais ou de produção) . . . . .	58
2.2 Fontes formais (de cognição ou de revelação) . . . . .	60
2.2.1 Fontes formais imediatas (diretas ou primárias) . . . . .	60
2.2.2 Fontes formais mediatas (indiretas ou secundárias). . . . .	61
<b>CAPÍTULO 3 - INTERPRETAÇÃO DA LEI PROCESSUAL PENAL . . . . .</b>	<b>69</b>
3.1 Formas de interpretação . . . . .	70
3.1.1 Quanto ao sujeito que realiza (ou a origem) . . . . .	70
3.1.2 Quanto ao modo (meios ou métodos empregados) . . . . .	72
3.1.3 Quanto ao resultado obtido . . . . .	73
<b>CAPÍTULO 4 - APLICAÇÃO DA LEI PROCESSUAL PENAL NO ESPAÇO E LEI PROCESSUAL PENAL NO TEMPO. . . . .</b>	<b>77</b>

4.1	Aplicação da lei processual penal no espaço . . . . .	77
4.1.1	Princípio da Territorialidade (ou <i>lex fori</i> ) . . . . .	77
4.1.2	Tribunal Penal Internacional (art. 5º, §4º, da CRFB) . . . . .	85
4.1.3	Observação quanto à legislação especial . . . . .	87
4.2	Lei processual penal no tempo. . . . .	87
4.2.1	Normas puramente processuais penais. . . . .	88
4.2.2	Normas processuais penais materiais, mistas ou híbridas. . . . .	89
4.2.3	Institutos ligados à prisão . . . . .	90
<b>CAPÍTULO 5 - INVESTIGAÇÃO CRIMINAL – PARTE 1. . . . .</b>		<b>91</b>
5.1	O poder punitivo estatal: considerações introdutórias . . . . .	91
5.2	A investigação criminal como fase inaugural da persecução penal . . . . .	97
5.2.1	Diferença entre polícia administrativa e polícia judiciária . . . . .	102
5.2.2	Constituição de 1988 – Sistema de Segurança Pública e respectivas atribuições dos órgãos envolvidos . . . . .	109
5.2.3	Diferença entre polícia judiciária e polícia investigativa . . . . .	111
5.2.3.1	Princípio do Delegado Natural . . . . .	112
5.3	Procedimentos investigativos . . . . .	117
5.3.1	Investigação pela Polícia Militar . . . . .	120
5.3.2	Termo Circunstanciado de Ocorrência, porte de drogas para consumo pessoal e ADI 3.807 do STF . . . . .	124
5.3.3	Investigação pelo Ministério Público . . . . .	126
<b>CAPÍTULO 6 - INVESTIGAÇÃO CRIMINAL – PARTE 2 – INQUÉRITO POLICIAL 135</b>		
6.1	Natureza assecuratória do inquérito policial . . . . .	136
6.2	Objetivo do inquérito policial. . . . .	136
6.3	Moderno conceito de inquérito policial . . . . .	138
6.4	Natureza garantista e função preservadora do inquérito policial . . . . .	139
6.5	Natureza utilitária e função preparatória do inquérito policial . . . . .	139
6.6	Diferença entre o motivo da investigação criminal e o ato administrativo que a instaura . . . . .	140
6.6.1	Portaria . . . . .	140
6.6.2	Auto de prisão em flagrante delito . . . . .	141
6.6.3	<i>Notitia criminis</i> . . . . .	141

6.6.3.1	<i>Delatio criminis</i> (espécie de <i>notitia criminis</i> ) – art. 5º, §3º, do CPP . . . . .	142
6.6.3.2	Informações anônimas (denúncia anônima, <i>notitia criminis</i> inqualificada, <i>delatio criminis</i> apócrifa) .	143
6.7	Instauração do inquérito policial . . . . .	144
6.7.1	Condições específicas de procedibilidade . . . . .	145
6.7.1.1	Requisição, requerimento e representação . . . . .	145
6.8	O poder discricionário do Delegado de Polícia na condução do inquérito policial . . . . .	149
5.3.9	Direito Fundamental à investigação criminal . . . . .	150
6.10	Características do Inquérito Policial . . . . .	151
6.11	Natureza inquisitivo-constitucional do Inquérito Policial . . . . .	160
6.12	Indiciamento . . . . .	162
6.13	Participação do investigado na produção da prova. . . . .	166
6.14	Prazo para conclusão do inquérito policial . . . . .	166
6.15	Arquivamento do inquérito policial . . . . .	169
6.16	Irregularidades no inquérito policial . . . . .	183
6.17	Identificação criminal . . . . .	184
6.18	Necessidade (ou não) de autorização judicial para solicitação direta de relatórios financeiros: análise do atual entendimento do STJ e da reclamação 61944 do STF. . . . .	187
6.19	Tramitação direta do Inquérito Policial . . . . .	189
6.20	Observação final sobre investigações envolvendo autoridade com foro por prerrogativa de função . . . . .	190
<b>CAPÍTULO 7 - AÇÃO PENAL . . . . .</b>		<b>191</b>
7.1	Conceito . . . . .	191
7.2	Características . . . . .	192
7.3	Condições da ação penal. . . . .	193
7.3.1	Condições genéricas da ação penal . . . . .	193
7.3.1.1	Possibilidade jurídica do pedido . . . . .	194
7.3.1.2	Legitimidade para agir ( <i>legitimatío ad causam</i> ) . . . . .	194
7.3.1.2.1	Legitimidade ordinária (art. 18 do CPC) . . . . .	196
7.3.1.2.2	Legitimidade extraordinária (ou anômala) . . . . .	196
7.3.1.2.3	Legitimidade ativa concorrente. . . . .	199

7.3.1.3	Interesse de agir . . . . .	201
7.3.1.4	Justa causa. . . . .	203
7.3.2	Condições específicas da ação penal. . . . .	204
7.3.3	Classificação das ações penais . . . . .	207
7.3.3.1	Princípios que regem a ação penal pública . . . . .	208
7.3.3.2	Ação penal de iniciativa privada . . . . .	210
7.3.3.3	Princípios que regem a ação penal privada . . . . .	213
7.3.3.4	Observações: . . . . .	214
7.3.3.4.1	Ação penal nos crimes contra a dignidade sexual. . . . .	214
7.3.3.4.2	Ação penal nos crimes contra a honra . . . . .	216
7.3.3.4.3	Ação penal nos crimes ambientais (ação penal pública incondicionada) . . . . .	217
7.3.3.4.4	Ação penal secundária . . . . .	217
7.3.3.4.5	Lesão corporal envolvendo violência doméstica e familiar contra a mulher (Lei 11.340/2006 – Lei Maria da Penha) . . . . .	218
7.3.3.4.6	Ação de prevenção penal. . . . .	219
7.3.3.4.7	Ação penal adesiva . . . . .	220
7.3.3.4.8	Ação penal popular . . . . .	220
7.3.4	Representação do ofendido . . . . .	221
7.3.4.1	Legitimidade (mesma regra para representação e para a ação penal privada) . . . . .	223
7.3.5	Requisição do Ministro da Justiça . . . . .	226
7.4	Peça acusatória . . . . .	226
7.4.1	Requisitos. . . . .	226
7.4.2	Prazo para oferecimento da denúncia . . . . .	231
7.4.2.1	Consequências da denúncia fora do prazo . . . . .	232
7.4.3	Conexão entre crimes de ação penal pública e de ação penal privada . . . . .	232
7.4.4	Denúncia alternativa . . . . .	233
7.4.5	Recebimento da inicial acusatória. . . . .	234
7.4.5.1	Recurso cabível . . . . .	234
7.4.6	Rejeição da inicial acusatória . . . . .	235
7.4.6.1	Recurso cabível . . . . .	237

7.5	Renúncia . . . . .	238
7.6	Perdão do ofendido . . . . .	239
7.7	Perempção . . . . .	240
7.8	Súmulas importantes (STF) . . . . .	241
<b>CAPÍTULO 8 - JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA . . . . .</b>		<b>243</b>
8.1	Jurisdição . . . . .	243
8.1.1	Características da jurisdição . . . . .	244
8.1.2	Princípios . . . . .	245
8.2	Competência . . . . .	248
8.2.1	Justiças Competentes . . . . .	248
8.2.2	Competência <i>ratione materiae</i> (em razão da matéria) . . . . .	249
8.2.2.1	Justiça Militar (art. 124 da CRFB) . . . . .	249
8.2.2.1.1	Justiça Militar Estadual . . . . .	251
8.2.2.1.2	Justiça Militar da União . . . . .	252
8.2.2.1.3	Observações . . . . .	253
8.2.2.2	Justiça Eleitoral . . . . .	253
8.2.2.2.1	Observações . . . . .	254
8.2.2.3	Justiça Comum Estadual . . . . .	254
8.2.2.4	Justiça Comum Federal . . . . .	254
8.2.3	Competência <i>ratione personae</i> (em razão da pessoa) . . . . .	262
8.2.3.1	Observações . . . . .	263
8.2.3.2	Competência <i>ratione personae</i> do Supremo Tribunal Federal . . . . .	265
8.2.3.3	Competência <i>ratione personae</i> do Superior Tribunal de Justiça . . . . .	266
8.2.3.4	Competência <i>ratione personae</i> dos tribunais regionais federais . . . . .	267
8.2.3.5	Competência <i>ratione personae</i> dos tribunais de justiça . . . . .	267
8.2.4	Competência <i>ratione loci</i> (em razão do lugar) . . . . .	268
8.2.4.1	Lugar da infração (art. 70 do CPP) . . . . .	268
8.2.4.1.1	Observações . . . . .	269
8.2.4.2	Lugar do domicílio ou residência do réu (art. 72 do CPP) . . . . .	272

8.2.5	Competência funcional . . . . .	273
8.2.5.1	Competência funcional por fase do processo . . . . .	273
8.2.5.2	Competência funcional por objeto do juízo . . . . .	274
8.2.5.3	Competência funcional por grau de jurisdição . . . . .	274
8.3	Competência absoluta e competência relativa . . . . .	274
8.4	Modificação de competência. . . . .	274
8.4.1	Conexão (art. 76 do CPP) . . . . .	275
8.4.1.1	Conexão intersubjetiva (art. 76, I, do CPP) . . . . .	275
8.4.1.2	Conexão objetiva (art. 76, II, do CPP). . . . .	275
8.4.1.3	Conexão probatória ou instrumental (art. 76, III, do CPP) . . . . .	276
8.4.2	Continência. . . . .	276
8.5	Foro prevalente . . . . .	278
8.5.1 1ª	Concurso entre crime doloso contra a vida e crime de competência da jurisdição comum ou especializada (art. 78, I, do CPP) . . . . .	278
8.5.2 2ª	No concurso de jurisdição da mesma categoria (art. 78, II, do CPP). . . . .	278
8.5.3 3ª	No concurso de jurisdições de diversas categorias, predominará a de maior graduação (art. 78, III, do CPP) . . . . .	279
8.5.4 4ª	No concurso entre a jurisdição comum e a especial, prevalecerá esta (art. 78, IV, do CPP). . . . .	279
8.6	Separação de processos . . . . .	280
8.7	Conflito de competência . . . . .	280
8.8	Conflito de atribuições . . . . .	281
8.9	Colegiado em primeiro grau de jurisdição (Lei 12.694/2012). . . . .	282
8.10	Justiça política ou extraordinária . . . . .	283
8.11	Execução penal . . . . .	284
8.12	Súmulas importantes (STF) . . . . .	284
<b>CAPÍTULO 9 - SUJEITOS PROCESSUAIS . . . . .</b>		<b>287</b>
9.1	Sujeitos principais (ou essenciais) . . . . .	287
9.2	Sujeitos secundários (ou coadjuvantes, acessórios, colaterais) . . . . .	288
9.3	Sujeitos terciários. . . . .	288

---

9.4	Juiz. . . . .	290
9.5	Partes . . . . .	293
9.6	Ministério Público . . . . .	293
9.6.1	Princípios Institucionais do Ministério Público . . . . .	296
9.6.1.1	Unidade . . . . .	296
9.6.1.2	Indivisibilidade . . . . .	296
9.6.1.3	Independência funcional . . . . .	297
9.7	Querelante (vítima, ofendido) . . . . .	297
9.8	Assistente da acusação. . . . .	298
9.8.1	Observações . . . . .	298
9.9	Acusado . . . . .	300
9.10	Defensor (advogado, defensor público) . . . . .	303
9.11	Servidores do Poder Judiciário. . . . .	305
9.12	Auxiliares do juízo. . . . .	306
<b>CAPÍTULO 10 - QUESTÕES PREJUDICIAIS E PROCESSOS INCIDENTES . . . . .</b>		<b>307</b>
10.1	Questões prejudiciais (arts. 92 A 94 do CPP) . . . . .	307
10.1.1	Prejudiciais homogêneas (comuns ou imperfeitas) . . . . .	309
10.1.2	Prejudiciais heterogêneas (perfeitas ou jurisdicionais) . . . . .	309
10.1.2.1	Prejudiciais obrigatórias (necessárias ou devolutivas absolutas). . . . .	310
10.1.2.2	Prejudiciais facultativas (devolutivas relativas) . . . . .	310
10.1.3	Prejudiciais devolutivas . . . . .	312
10.1.4	Prejudiciais não devolutivas . . . . .	313
10.2	Processos incidentes. . . . .	313
10.3	Exceções . . . . .	313
10.3.1	Exceção de suspeição e exceção de impedimento. . . . .	315
10.3.2	Exceção de incompetência . . . . .	320
10.3.3	Exceção de litispendência . . . . .	321
10.3.4	Exceção de ilegitimidade de parte . . . . .	323
10.3.5	Exceção de coisa julgada . . . . .	324
10.4	Incompatibilidade e impedimento . . . . .	325
10.4.1	Incompatibilidade . . . . .	325

10.4.2	Impedimento . . . . .	326
10.5	Conflito de competência . . . . .	326
10.6	Conflito de atribuições . . . . .	329
10.7	Restituição de coisas apreendidas. . . . .	330
10.8	Medidas assecuratórias (arts. 125 A 144 do CPP) . . . . .	332
10.8.1	Sequestro . . . . .	333
10.8.2	Especialização de hipoteca legal . . . . .	337
10.8.3	Arresto . . . . .	339
10.8.4	Alienação antecipada de bens . . . . .	340
10.9	Incidente de falsidade documental (arts. 145 A 148 do CPP) . . . . .	341
10.10	Incidente de insanidade mental (arts. 149 A 154 do CPP). . . . .	343
10.11	Incidente de ilicitude de prova . . . . .	345
<b>CAPÍTULO 11 - TEORIA GERAL DA PROVA E PROVAS EM ESPÉCIES . . . . .</b>		<b>347</b>
11.1	Teoria geral da prova . . . . .	347
11.1.1	Meios de prova . . . . .	349
11.1.2	Objeto de prova . . . . .	349
11.1.3	Ônus da prova no processo penal. . . . .	351
11.1.3.1	Aspecto material do ônus da prova. . . . .	351
11.1.3.2	Aspecto formal do ônus da prova. . . . .	351
11.1.4	Princípios constitucionais dirigidos à prova . . . . .	353
11.1.5	Princípios infraconstitucionais dirigidos à prova . . . . .	355
11.1.6	Poderes instrutórios do juiz (art. 156 do CPP). . . . .	358
11.1.7	Prova ilegal (ou ilícita em sentido amplo). . . . .	360
11.1.7.1	Provas ilícitas (ou ilícitas em sentido estrito). . . . .	360
11.1.7.2	Provas ilegítimas. . . . .	360
11.1.7.3	Prova ilícita por derivação (frutos da árvore envenenada) . . . . .	362
11.1.7.3.1	Teorias da fonte independente, da descoberta inevitável e do curso hipotético de investigação	364
11.1.8	Prova astuciosa ou enganosa . . . . .	365
11.1.9	Procedimento probatório . . . . .	367
11.1.10	Sistemas de valoração da prova. . . . .	370

---

11.1.11	Valoração da prova e resultado do processo . . . . .	370
11.1.12	Princípio do <i>nemo tenetur se detegere</i> . . . . .	371
11.1.13	Elementos informativos . . . . .	371
11.1.14	Prova emprestada . . . . .	376
11.1.15	Cadeia de custódia. . . . .	378
11.2	Das provas em espécie. . . . .	380
11.2.1	Do interrogatório, da confissão e da delação . . . . .	380
11.2.1.1	Natureza jurídica do interrogatório. . . . .	380
11.2.1.2	Características do interrogatório . . . . .	382
11.2.1.3	Atos do interrogatório . . . . .	384
11.2.1.4	Interrogatório em estabelecimento prisional (art. 185, §1º, do CPP) . . . . .	388
11.2.1.5	Interrogatório por videoconferência (art. 185, §2º, do CPP) . . . . .	388
11.2.1.6	Autoridades competentes para receber a confissão . . .	392
11.2.2	Da prova testemunhal . . . . .	398
11.2.3	Do reconhecimento de pessoas e coisas (arts. 226 ao 228 do CPP) . . . . .	406
11.2.4	Reconstituição do crime . . . . .	409
11.2.5	Acareação (art. 229 do CPP). . . . .	410
11.2.6	Da prova documental . . . . .	411
11.2.7	Da prova pericial e exame de corpo de delito . . . . .	416
11.2.7.1	Do exame de corpo de delito, da cadeia de custódia e das perícias em geral com a inclusão dos arts. 158A/158F ao CPP pela Lei 13.964/2019 (Pacote Anticrime). . . . .	417
11.2.7.2	Exemplos de exames periciais . . . . .	423
11.2.8	Interceptação telefônica (art. 5º, XII, da CRFB). . . . .	430
11.2.9	Quebra do sigilo de registros de dados telefônicos (art. 5º, X, da CRFB) . . . . .	433
11.2.10	Gravação ambiental . . . . .	438
11.2.11	Intervenções corporais. . . . .	439
11.2.12	Indícios . . . . .	443
11.3	Texto complementar . . . . .	444

**CAPÍTULO 12 - PRISÃO E MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO . . . 451**

12.1	Prisão . . . . .	451
12.2	Espécies de prisão . . . . .	452
12.2.1	Prisão Civil . . . . .	452
12.2.2	Prisão Administrativa. . . . .	452
12.2.3	Prisão Disciplinar (prisão militar) . . . . .	454
12.2.4	Prisão penal . . . . .	456
12.2.5	Prisão provisória (cautelar) . . . . .	457
12.3	Tutela cautelar no processo penal . . . . .	458
12.3.1	Classificação das medidas cautelares no processo penal . . . . .	458
12.3.2	Procedimento para aplicação das medidas cautelares de natureza pessoal . . . . .	462
12.3.3	Princípios aplicáveis às medidas cautelares . . . . .	465
12.3.4	Medidas cautelares pessoais típicas previstas em legislação especial. . . . .	467
12.3.5	Medida cautelar pessoal atípica (não há previsão legal). . . . .	471
12.3.6	Pressupostos das medidas cautelares de natureza pessoal. . . . .	473
12.3.7	Momento da prisão (caso a medida aplicada seja o cerceamento da liberdade). . . . .	476
12.3.7.1	Uso de algemas e emprego da força. . . . .	481
12.3.7.2	Cumprimento do mandado de prisão (arts. 289 e 299 do CPP) . . . . .	483
12.3.7.3	Prisão especial (art. 295 do CPP) . . . . .	484
12.3.7.4	Separação dos presos provisórios – art. 300 do CPP . . . . .	486
12.3.7.5	Sala de estado-maior . . . . .	486
12.4	Prisão em flagrante . . . . .	487
12.4.1	Funções da prisão em flagrante. . . . .	487
12.4.2	Fases da prisão em flagrante . . . . .	487
12.4.3	Sujeito ativo do flagrante . . . . .	491
12.4.4	Sujeito passivo do flagrante . . . . .	491
12.4.5	Espécies de flagrante . . . . .	493
12.4.6	Flagrante nas várias espécies de crimes . . . . .	498
12.4.7	Apresentação espontânea do agente. . . . .	503

---

12.4.8	Lavratura do Auto de Prisão em Flagrante Delito (APFD) . . . . .	503
12.4.8.1	Condutor . . . . .	504
12.4.8.2	Testemunhas . . . . .	504
12.4.8.3	Vítima. . . . .	504
12.4.8.4	Conduzido . . . . .	505
12.4.8.5	Relaxamento da prisão em flagrante pela autoridade policial (delegado) . . . . .	506
12.4.9	Providências a serem adotadas pelo juiz por ocasião do recebimento do Auto de Prisão em Flagrante Delito. . . . .	507
11.4.10	Natureza jurídica da prisão em flagrante . . . . .	508
12.4.11	Texto Complementar . . . . .	509
12.5	Prisão preventiva . . . . .	515
12.5.1	Pressupostos da prisão preventiva (art. 312 do CPP). . . . .	518
12.5.2	Duração da prisão preventiva . . . . .	522
12.5.3	Hipóteses de cabimento da prisão preventiva . . . . .	524
12.5.4	Fundamentação da decisão . . . . .	529
12.5.5	Revogação da prisão preventiva . . . . .	530
12.5.6	Recurso cabível. . . . .	531
12.6	Prisão temporária (lei 7.960/1989) . . . . .	533
12.7	Medidas cautelares diversas da prisão . . . . .	537
12.7.1	Comparecimento periódico em juízo (art. 319, I, do CPP) . . . . .	537
12.7.2	Proibição de acesso ou frequência a determinados lugares (art. 319, II, do CPP). . . . .	538
12.7.3	Proibição de manter contato com pessoa determinada (art. 319, III, do CPP) . . . . .	538
12.7.4	Proibição de ausentar-se da comarca (art. 319, IV, do CPP) . . . . .	539
12.7.5	Recolhimento domiciliar no período noturno e nos dias de folga (art. 319, V, do CPP). . . . .	539
12.7.6	Suspensão do exercício de função pública ou de atividade de natureza econômica ou financeira (art. 319, VI, do CPP). . . . .	540
12.7.7	Internação provisória do acusado (art. 319, VII, do CPP). . . . .	542
12.7.8	Fiança nas infrações que a admitem (art. 319, VIII, do CPP) . . . . .	542
12.7.9	Monitoramento eletrônico (art. 319, IX, do CPP) . . . . .	543

<b>CAPÍTULO 13 - RELAXAMENTO DA PRISÃO, REVOGAÇÃO DA PRISÃO E LIBERDADE PROVISÓRIA.</b>	<b>547</b>
13.1 Relaxamento da prisão . . . . .	548
13.2 Revogação da prisão . . . . .	549
13.3 Liberdade provisória . . . . .	550
13.3.1 Liberdade provisória com fiança . . . . .	552
13.3.2 Liberdade provisória sem fiança . . . . .	556
13.3.2.1 Descriminantes (excludentes de ilicitude) . . . . .	557
13.3.2.2 Pobreza. . . . .	559
13.3.2.3 Liberdade provisória sem fiança cumulada com outra medida . . . . .	561
13.3.3 Observações . . . . .	561
13.3.4 Considerações Finais . . . . .	562
13.3.4.1 Reforço da fiança (acréscimo a ser pago pelo imputado). . . . .	562
13.3.4.2 Destinação da fiança – arts. 336 e 337 do CPP . . . . .	563
13.3.4.3 Cassação da fiança . . . . .	563
13.3.4.4 Quebramento da fiança – art. 341 do CPP . . . . .	564
13.3.5.5 Perda da fiança – art. 344 do CPP . . . . .	564
13.4 Audiência de custódia . . . . .	565
<b>CAPÍTULO 14 - ATOS JURISDICIONAIS</b>	<b>569</b>
14.1 Classificação dos atos jurisdicionais. . . . .	571
14.1.1 Despachos de mero expediente. . . . .	571
14.1.2 Decisões interlocutórias . . . . .	572
14.1.3 Sentença . . . . .	574
14.1.4 Decisão terminativa de mérito (ou declaratória extintiva da punibilidade) . . . . .	576
<b>CAPÍTULO 15 - SENTENÇA</b>	<b>579</b>
15.1 Sentença penal condenatória . . . . .	579
15.1.1 Indenização Civil . . . . .	583
15.2 Sentença absolutória . . . . .	586
15.2.1 Sentença absolutória própria . . . . .	587

15.2.2	Sentença absolutória imprópria . . . . .	587
15.2.3	Fundamentos da sentença absolutória (art. 386, <i>caput</i> , do CPP) . . . . .	588
14.2.4	Efeitos da Sentença Absolutória (art. 386, parágrafo único, CPP) . . . . .	593
15.3	Outras classificações . . . . .	594
15.4	Requisitos da sentença . . . . .	596
15.4.1	Relatório . . . . .	597
15.4.2	Fundamentação (ou motivação) . . . . .	598
15.4.3	Dispositivo (ou conclusão) . . . . .	599
15.4.4	Autenticação (ou parte autenticativa) . . . . .	600
15.5	Natureza jurídica da sentença . . . . .	600
15.6	Observações . . . . .	602
15.7	Princípio da correlação entre acusação e sentença . . . . .	603
15.7.1	<i>Emendatio libelli</i> (art. 383 do CPP) . . . . .	604
15.7.2	<i>Mutatio libelli</i> (art. 384 do CPP) . . . . .	606
<b>CAPÍTULO 16 - COISA JULGADA</b>		<b>611</b>
16.1	Conceito . . . . .	611
16.1.1	Coisa julgada formal . . . . .	612
16.1.2	Coisa julgada material . . . . .	613
16.1.3	Função negativa da coisa julgada . . . . .	615
16.1.4	Coisa julgada relativa . . . . .	616
16.1.5	Coisa julgada absoluta . . . . .	617
16.1.6	Hipótese de recurso ex officio . . . . .	617
16.1.7	Limites subjetivos da coisa julgada . . . . .	619
16.1.8	Limites objetivos da coisa julgada . . . . .	620
16.1.9	Observação final . . . . .	622
<b>CAPÍTULO 17 - PROCEDIMENTOS</b>		<b>625</b>
17.1	Conceito de Procedimento e Classificação Geral . . . . .	625
17.2	Determinação do Procedimento Adequado . . . . .	626
17.3	Procedimento comum ordinário . . . . .	627

17.4	Procedimento comum sumário . . . . .	634
17.5	Procedimento comum sumaríssimo . . . . .	637
17.6	Observações Gerais sobre os Procedimentos Especiais . . . . .	644

## **CAPÍTULO 18 - PROCEDIMENTO ESPECIAL DOS CRIMES DOLOSOS**

### **CONTRA A VIDA . . . . . 645**

18.1	Origem do tribunal do júri . . . . .	645
18.2	Garantias constitucionais do tribunal do júri (princípios reitores) . . .	647
18.2.1	Plenitude de defesa . . . . .	648
18.2.2	Sigilo das votações. . . . .	649
18.2.3	Soberania dos veredictos . . . . .	651
18.2.4	Competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida (consumados ou tentados) . . . . .	654
18.2.4.1	Observações . . . . .	658
18.3	Características do tribunal do júri . . . . .	661
18.3.1	Órgão colegiado heterogêneo . . . . .	661
18.3.2	Órgão colegiado horizontal . . . . .	662
18.3.3	Órgão colegiado temporário. . . . .	662
18.3.4	Decisão por maioria de votos . . . . .	663
18.4	Fases do rito escalonado (ou bifásico) do tribunal júri . . . . .	663
18.4.1	Procedimento da primeira fase do júri (judicium accusationis) .	664
18.4.1.1	Decisões possíveis após os debates orais . . . . .	665
18.4.1.1.1	Fundamentação da pronúncia. . . . .	667
18.4.1.1.2	Princípio da correlação (congruência ou relatividade) . . . . .	668
18.4.1.1.3	Crime conexo ao delito doloso contra a vida . . . . .	668
18.4.1.1.4	Observações . . . . .	669
18.4.1.1.5	Recurso cabível da decisão de pronúncia . . . . .	670
18.4.1.1.6	Intimação da pronúncia . . . . .	670
18.4.1.1.2	Decisão de impronúncia (art. 414, CPP) aqui . . .	672
18.4.1.1.2.1	Recurso cabível da decisão de impronúncia . . . . .	673

18.4.1.1.2.2	Despronúncia . . . . .	674
18.4.1.1.2.3	Impronúncia e crime conexo. . . . .	674
18.4.1.1.3	Absolvição sumária (art. 415 do CPP). . . . .	674
18.4.1.1.3.1	Recurso cabível da decisão de absolvição sumária . . . . .	675
18.4.1.1.4	Decisão de desclassificação (art. 419 do CPP). . . . .	676
18.4.1.1.4.1	Recurso cabível da decisão de desclassificação. . . . .	677
18.4.2	Procedimento da segunda fase do Júri – <i>judicium causae</i> ou juízo de mérito . . . . .	677
18.4.2.1	Dosimetria da pena . . . . .	689
18.4.2.2	Caso de desclassificação para crime não doloso contra a vida . . . . .	690
18.4.2.3	Desaforamento (art. 427 do CPP). . . . .	691
18.4.2.3.1	Hipóteses que autorizam o desaforamento . . . . .	691
18.4.2.3.2	Momento para a decisão de desaforamento . . . . .	693
18.4.2.3.3	Legitimados . . . . .	693
18.4.2.3.4	Obrigatoriedade da prévia audiência de defesa . . . . .	693
18.4.2.3.5	Recurso cabível . . . . .	693
18.4.2.3.6	Reaforamento . . . . .	694
18.4.2.4	Convicção religiosa, filosófica ou política . . . . .	695
18.4.2.5	Requisitos para ser jurado . . . . .	696
18.4.2.6	Pessoas isentas do serviço do júri (art. 437 do CPP). . . . .	696
18.4.2.7	Apelação . . . . .	698
<b>CAPÍTULO 19 - NULIDADES . . . . .</b>		<b>703</b>
19.1	Atos processuais . . . . .	704
19.1.1	Ato perfeito . . . . .	705
19.1.2	Ato inexistente . . . . .	705
19.1.3	Ato irregular . . . . .	706
19.1.4	Ato nulo <del>em</del> <sup>qu</sup> . . . . .	706
19.1.5	Nulidade absoluta . . . . .	707
19.1.5.1	Nulidades cominadas . . . . .	709
19.1.5.2	Hipóteses de nulidades absolutas . . . . .	710

19.1.6	Nulidade relativa . . . . .	712
19.1.6.1	Hipóteses de nulidades relativas . . . . .	713
18.1.7	Causas impeditivas de arguição e de declaração . . . . .	713
19.1.8	Princípios importantes . . . . .	714
19.1.9	Declaração da nulidade na primeira instância . . . . .	723
19.1.10	Declaração da nulidade na segunda instância . . . . .	724
19.1.11	Nulidades em espécie . . . . .	725
19.1.12	Tempo de arguição das nulidades. . . . .	734
19.1.13	Nulidade no inquérito policial . . . . .	735
19.2	Súmulas importantes (STF) . . . . .	737

## **CAPÍTULO 20 - RECURSOS NO PROCESSO PENAL . . . . . 739**

20.1	Princípios . . . . .	740
20.2	Pressupostos recursais . . . . .	746
20.2.1	Pressupostos objetivos . . . . .	747
20.2.2	Pressupostos subjetivos . . . . .	748
20.3	Efeitos recursais. . . . .	751
20.4	Recursos em espécie . . . . .	754
20.4.1	Apelação (arts. 593/603 do CPP) . . . . .	754
20.4.1.1	Observações. . . . .	758
20.4.2	Recurso em sentido estrito – RESE (arts. 581/592 do CPP) . . . . .	758
20.4.3	Agravo em execução (art. 197 da LEP) . . . . .	762
20.4.4	Embargos de declaração (arts. 619 e 620 do CPP). . . . .	763
20.4.5	Embargos infringentes e de nulidade (art. 609, parágrafo único, do CPP) . . . . .	765
20.4.6	Embargos de divergência . . . . .	767
20.4.7	Carta testemunhável (arts. 639 e seguintes do CPP). . . . .	769
20.4.8	Correição parcial ou reclamação . . . . .	771
20.4.9	Recursos extraordinários (sentido amplo) . . . . .	772
20.4.9.1	Recurso Especial. . . . .	773
20.4.9.2	Recurso Extraordinário . . . . .	774
20.4.10	Recurso ordinário constitucional em matéria penal . . . . .	775
20.5	Súmulas importantes (STF) . . . . .	777

<b>CAPÍTULO 21 - AÇÕES AUTÔNOMAS DE IMPUGNAÇÃO (HABEAS CORPUS, MANDADO DE SEGURANÇA E REVISÃO CRIMINAL).</b>	<b>781</b>
21.1 <i>Habeas corpus</i>	782
21.1.1 Espécies de <i>Habeas corpus</i>	785
21.1.2 Legitimidade ativa	787
21.1.3 Legitimidade passiva	789
21.1.4 Competência para julgar o <i>Habeas corpus</i>	790
21.2 Revisão criminal	794
21.2.1 Legitimidade	799
21.2.2 Competência	800
21.2.3 Revisão criminal x ação rescisória	801
21.2.4 Revisão criminal x <i>habeas corpus</i>	803
21.3 Mandado de segurança em matéria criminal	803
21.3.1 Legitimidade passiva – autoridade coatora	805
21.3.2 Legitimidade ativa (impetrante)	806
21.3.4 Exemplos de hipóteses de cabimento do mandado de segurança	807
21.3.5 Recurso cabível	808
21.4 Súmulas importantes (STF)	809
<b>CAPÍTULO 22 - EXECUÇÃO PENAL</b>	<b>811</b>
22.1 Conceito, Natureza Jurídica e Princípios Constitucionais da Execução Penal	812
22.2 Estrutura, Competência e Organização do Sistema de Execução Penal	814
22.3 Penas Restritivas de Direitos e sua Execução	856
22.4 Suspensão Condicional da Pena ( <b>Sursis</b> )	858
22.5 Pena de Multa e sua Execução	859
22.6 Medidas de Segurança	860
22.7 Incidentes da Execução Penal	862
22.8 Anistia, Indulto e Recursos na Execução Penal	864
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>867</b>